RCI REVISTA CIENTÍFICA INTEGRADA

UNAERP Universidade de Ribeirão Preto

Volume 4, Edição 5, 2020.

FORMAÇÃO PARA O TRABALHO CONTEMPORÂNEO: A COVID-19 E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Maria Eduarda Oliveira Rosário[1]; Neide Aparecida de Souza Lehfeld[2]; Edilson Carlos Caritá[3]

[1] Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. Discente do Curso de Serviço Social da Universidade de Ribeirão Preto. camila_bergamin@hotmail.com

[2] Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. Professora Titular do Programa de Mestrado Profissional em Saúde e Educação e Diretora da Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade de Ribeirão Preto. nlehfeld@unaerp.br

[3] Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. Professor Titular do Programa de Mestrado Profissional em Saúde e Educação e Coordenador do Curso de Engenharia de Software da Universidade de Ribeirão Preto. ecarita@unaerp.br

RESUMO

Partindo de uma pesquisa bibliográfica exploratória, pretende-se neste estudo levantar reflexões acerca da formação para o trabalho diante das mudanças tecnológicas na sociedade contemporânea. Explana-se como se configura a sociedade capitalista em que se amplia o abismo entre as classes sociais. Ao entender que a classe burguesa predomina e exerce seu poder sobre a classe trabalhadora. Objetivou-se ainda identificar os avanços tecnológicos inseridos no mundo do trabalho e no contexto da pandemia de coronavírus no País. Conclui-se que tal inserção visa contribuir para a sobrevivência e o desenvolvimento do capital.

Palavras-chave: Precarização do Trabalho; Educação; Tecnologia.
Área do conhecimento: Humanas

1 INTRODUÇÃO

Observa-se nos últimos anos, com a crise do capital, uma intensa modificação nas relações de trabalho e de produção que refletiu em transformações e aprofundamento das desigualdades sociais. Uma crise do capital que repercutiu em diversas dimensões seja econômica, social, cultural, política, pessoal entre outras e, que agora, com a Pandemia instaurada pelo novo vírus pertencente à família coronavírus, causador da doença COVID-19, escancara as mazelas sociais e agrava a situação de milhares de cidadãos que são conduzidos à extrema pobreza.

O processo de globalização que permite uma maior integração econômica, política, cultural entre os países e uma troca de informações instantâneas entre pessoas a todo momento e de qualquer lugar, aliados aos parâmetros neoliberais impostos pelos países centrais intensificam os efeitos negativos do modelo capitalista. Garcia (2019) aponta para uma globalização que contribui para o empobrecimento dos países periféricos, uma vez que, com o poder canalizado nos países centrais, que definem os valores das mercadorias, impedindo a participação dos países periféricos/dependentes como os pertencentes a América Latina nessa decisão, os limitam a única opção para continuarem existindo: aumentarem o grau de exploração, precarização e flexibilidade de sua força de trabalho.

A sociedade capitalista é constituída de duas classes sociais: a burguesia, dona dos meios de produção e a proletária, dona unicamente da sua força de trabalho com a qual é capaz de produzir riquezas. Essas duas classes são opostas, com interesses antagônicos visto que, a burguesia, objetivando o máximo lucro, explora a classe trabalhadora, enquanto essa busca eliminar a exploração com o fim de alcançar uma vida digna e a emancipação humana (TONET, 2009).

Vivemos em uma sociedade erguida sob o modelo de produção capitalista e que predomina a produção não apenas para atender as necessidades de sobrevivência, mas para obter o lucro acima de tudo. Bauman (2017, p. 12) nos coloca claramente que “a estrada para o futuro caracteriza-se no mundo, como sinistra, repleta de corrupção e impactos em todos os níveis e dimensões da ‘co habitação social’”.

Uma sociedade em que a ideologia burguesa está presente em todas as esferas da vida social e que é apropriada pela classe trabalhadora como verdadeira e sensata, que prega o individualismo e a meritocracia, o consumo para a felicidade, a supremacia do ter em detrimento do ser.

Por esse motivo, Lessa (2006) nos mostra que, como somos segundo o autor, as relações sociais que estabelecemos com os outros, vivendo em uma sociedade capitalista nos tornamos “guardiões de mercadorias”.

> Ao produzir uma sociedade que nada mais é que uma coleção de mercadorias, fizemos da humanidade pessoas que vivem como guardiões das mercadorias, pessoas cuja vontade reside em levar as mercadorias ao mercado, cuja vontade reside na necessidade de as mercadorias trocarem-se reciprocamente.
> Isso implica em uma sociedade cujo objetivo é o lucro e todos vivem em função do dinheiro, seja nas relações de poder ou para a sobrevivência, e

> aquele que sua mercadoria não é necessária é descartado, no caso do desempregado, sua mercadoria é a oferta da sua força de trabalho que não é aproveitada ou vendida (LESSA, 2006, p. 235).

Por isso, a sociedade capitalista é baseada na distribuição desigual de riquezas e a propriedade privada, em outras palavras, na concentração de poder, de riquezas na mão de poucos e na pobreza e miséria para a maioria da população. O mesmo se aplica aos já referidos países periféricos, o empobrecimento e a exploração cada vez maiores de seus recursos naturais e mão de obra, sem a necessidade ou compromisso de manutenção para com o meio ambiente ou com o trabalhador.

A lei do mercado prevalece, e, nesse cenário, qualquer aprofundamento da desigualdade ou expressão que possa surgir a partir do menor investimento em questões sociais é defendida como algo natural de se acontecer, não sendo possível, seja por meio de qualquer instrumento como políticas públicas ou ações filantrópicas e de Organizações Não Governamentais (ONGs) sua superação, cabendo apenas ações emergenciais e pontuais no sentido de minimizar os efeitos negativos advindos da instabilidade do mercado e retração do Estado no provimento à educação, saúde, cultura, lazer, entre outros direcionados à classe trabalhadora e à parcela mais carente da população.

Essa característica de retração do Estado nas questões sociais e quando acatada alguma reivindicação ou garantia de direito da classe trabalhadora é colocada como concessão do Estado e não fruto da luta social e historicamente conquistada, permanece enraizada na história brasileira. Pode-se afirmar que a exclusão da maioria da população de decisões políticas é um traço histórico e marcante na sociedade brasileira e no modelo neoliberal como afirma Netto (1996) que coloca como uma prática recorrente à exclusão das forças populares nos processos de decisão política, sendo um traço da burguesia conservadora - das classes dominantes - encontrar formas que impeçam o fortalecimento de aliados das classes subalternas, especialmente com mecanismos de coerção por intermédio do Estado (apud SANTOS, 2012, p.112).

Segundo Dupas (2017, p. 288):

> “O otimismo de Marx contido em A ideologia Alemã assegurava que o avanço da civilização estaria ligado inevitavelmente à expressão do mercado mundial, que conteria a possibilidade de desenvolvimento do indivíduo. Assim, a exploração do homem e da natureza acabaria por libertar o próprio homem, colocando-o em relações concretas com a produção do mundo inteiro, até mesmo a intelectual.”

Na realidade, algumas dessas ideias foram tomadas como pilares das políticas neoliberais que condicionam o homem a uma contínua e longa caminhada do novo mundo do final do século XX e início do século XXI.

O objetivo desse estudo é levantar reflexões acerca da formação para o trabalho diante das mudanças tecnológicas na sociedade contemporânea.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 As novas tecnologias e a COVID-19

O novo vírus que vem deixando milhares de mortes por onde passa, alcançou o patamar de pandemia, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) em março de 2020. Desde então, as autoridades do mundo inteiro buscam entender e impedir a proliferação do vírus, que possui alto grau de contágio, em suas comunidades. Embora o esforço e as medidas de prevenção declaradas pela OMS (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE - OPAS, 2020) sejam para todos, é inquestionável que tais medidas como o isolamento social e o distanciamento entre pessoas dentro de um mesmo domicílio encontra menos suporte na população mais pobre do que entre os mais ricos. Ademais, o prejuízo econômico que trouxe o coronavírus em razão do fechamento do comércio local ocasionou uma alta no desemprego que impactou diretamente a população mais pobre, constituindo muitas vezes, na perda da única renda de uma família.

Segundo dados divulgados pelo Governo Federal e Ministério da Economia, em maio deste ano (BRASIL, 2020), foram contabilizados 960.258 pedidos para o seguro-desemprego, o que representa um aumento de 53% na comparação com o mesmo mês do ano passado (627.779) e de 28,3% na comparação com abril deste ano (748.540). O acumulado de janeiro até maio de 2020 marcava 3.297.396 pedidos de seguro-desemprego, na modalidade trabalhador formal (BRASIL, 2020). De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2020a) que auxilia no combate a COVID-19, 14,8% das empresas reduziram o número de funcionários na segunda quinzena de junho DE 2020 em relação à anterior, entre as que reduziram, 13,6% reportaram que reduziram em mais de 50% o pessoal. Desse modo, na quarta semana de junho, a taxa de desocupação subiu para 13,1% em relação à semana

anterior, o que corresponde a 12,4 milhões de pessoas desocupadas e resulta na queda de menos 1,5 milhão de pessoas ocupadas na semana (IBGE, 2020b).

Juntamente à reestruturação produtiva que, desde o final do século XX, vem impondo novos padrões de produção que afetaram de forma significativa todas as esferas da vida do trabalhador, a pandemia, ao mesmo tempo que agudiza as questões sociais como o desemprego, a fome, a falta de saneamento básico e de moradia de qualidade, escarra a erosão da educação e a efetivação de novas formas de trabalho, vantajosas para o capital.

A chamada Revolução da Tecnologia da Informação com base na microeletrônica introduz alguns elementos importantes para se entender como o trabalho se configura (CASTELLS, 1999).

> Maior flexibilidade de gerenciamento; descentralização das empresas e sua organização em redes tanto internamente quanto em suas relações com outras empresas; considerável fortalecimento do papel do capital vis-à-vis o trabalho, com o declínio concomitante da influência dos movimentos dos trabalhadores; individuação e diversificação cada vez maior das relações de trabalho; incorporação maciça das mulheres na força de trabalho remunerada, geralmente em condições discriminatórias; intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o estado do bem-estar social com diferentes intensidades e orientações, dependendo da natureza das forças e instituições políticas de cada sociedade (CASTELLS, 1999, p. 21-2).

Reformas estas realizadas com o objetivo de aprofundar a busca pelo lucro nas relações capital-trabalho, diminuindo salários e aumentando a produtividade (CASTELLS, 1999) eclodindo em novas modalidades de trabalho, como o regulamentado pela Medida Provisória de nº 2.164-41 de 2001 trabalho parcial e temporário.

O capitalismo tem encontrado formas para sua expansão nas novas plataformas digitais, como aplicativos para o transporte, de alimentação, compras e vendas, desenvolvimento da inteligência artificial, o maior uso de maquinários em indústrias, entre outros mecanismos tecnológicos. Logo, o comércio eletrônico no país teve uma lucratividade sem igual.

Mecanismos de inovações tecnológicas que mais uma vez, e como a maioria dos elementos presentes na sociedade, trabalham a favor do capital, beneficiam os interesses das grandes empresas, aumentando seu poder e reforçando a subordinação do trabalhador ao capital, escondendo seus verdadeiros objetivos através de um discurso ilusório disseminado para a massa de trabalhadores de que

finalmente seriam autônomos ou os chamados novos pequenos empreendedores. Trabalhadores que, na verdade, vendem sua força de trabalho por pequenos preços e são destituídos de qualquer forma de garantia de direito ou desvinculados de qualquer compromisso da empresa com os mesmos.

A Internet e o telefone celular contribuíram para acelerar o avanço da tecnologia no século XX com amplas aplicações e derivações ao sistema produtivo globalizado. A redução do valor de trabalho é fundamental para se precarizar o salário e, consequentemente, o trabalhador é substituído pela automação e robotização nas indústrias, nos serviços e no mundo do trabalho em geral.

Para construir nosso pensamento, partimos da perspectiva de que o trabalho possui centralidade na vida de todo ser humano. Marx considera o trabalho como fundamento do ser social, em que primordialmente o homem possui necessidades biológicas que precisam ser sanadas. Para isso, o homem modifica, transforma a natureza para produzir a sua subsistência e ao deformá-la, modifica a si mesmo (começa a moldar sua natureza social), e esse processo vai além das necessidades físicas, instintivas como os demais animais, ele possui uma consciência, uma capacidade de atribuir intenção e projetar idealmente o que será realizado materialmente na natureza (capacidade teleológica), um gênero capaz de se reconhecer enquanto gênero em construção (LESSA, 2015, p. 15), produção e reprodução da vida social.

Como fundamento ontológico do ser social, o trabalho também se articula com outras categorias de funções específicas como a sociabilidade, a linguagem e a educação (TONET, 2009).

Nessa perspectiva, o homem é o único capaz de produzir algo antes inexistente e o único responsável por seu destino histórico e relações sociais desenvolvidas, em outras palavras, o homem só pode ser explorado pelo homem, como acontece com o trabalho quando inserido na sociedade capitalista formada por interesses antagônicos.

Com isso, alguns homens não trabalham, se apropriam do trabalho alheio por meio da consolidação da propriedade privada, e essas relações irão construindo a base histórica e determinada da sociedade.

Passando pelo feudalismo, escravismo para o capitalismo, no qual o trabalho é assalariado, ou seja, sua força de trabalho é comprada como se fosse uma

mercadoria qualquer, as tecnologias introduzidas pela reestruturação do capital, promovem uma maior flexibilização, instabilidade e precarização do trabalho.

A maquinaria não só substituiu o trabalho humano, como também o intensificou. A globalização colocou uma nova forma de gestão do trabalho e do perfil dos trabalhadores que agora deveriam ser: qualificados, polivalentes e colaborativos (IAMAMOTO, 1999) para que as empresas seguissem os parâmetros de qualidade e concorrência internacional. Com a introdução da máquina fica fácil a substituição de parte da mão de obra trabalhadora para a manutenção e aumento da taxa de lucro, desse modo tem-se a redução de empregos em indústrias e a migração dessa mão de obra para outros setores da sociedade como o comércio, levando uma quantidade maior de trabalhadores a situações precárias e de ocupação de postos de trabalhos desqualificados.

Esse método de maior investimento em máquinas do que em contratação da força de trabalho, que tem como consequência imediata o aumento do desemprego, consiste na obtenção da mais valia relativa (MARX; ENGELS, 2010), na qual há, com o auxílio das máquinas, o aumento da produtividade em um espaço de tempo menor para a fabricação de uma mesma mercadoria, sem alterar a duração da jornada de trabalho do operário.

As exigências de qualificação para a mão de obra alteraram-se historicamente e nunca pararam. Segundo Bauman (2005, p. 36), “a flexibilidade de trabalho em empresas de tecnologia bem avançada perdeu-se valores e sentimentos humanos de solidariedade grupal, lealdade e inclusive, as identidades humanas”. No capitalismo globalizado há uma transição do explorado para a total exclusão. Isso tudo caracterizado pelos processos revisionais de direitos sociais e trabalhistas como: democracia, cidadania, pleno emprego, contratos de trabalho, entre outros.

A sociedade tecnizada não é a sociedade industrial mais desenvolvida, muito menos sua superação. Em seu processo de transição, mudanças qualitativas seguem mudanças quantitativas e contradições já existentes são renovadas acrescidas de outras formas que surgem ou seja, a emergência de novos elementos coexiste com antigas formas (MACHADO, 1992).

A automatização do emprego, tendência marcante contemporâneo, ocorre em diferentes intensidades entre países e regiões de um mesmo país, acentuando as desigualdades já existentes como aponta o relatório “Job creation and local economic development 2018: preparing for the future of work” (Criação de emprego

e desenvolvimento econômico local 2018: preparar para o futuro do trabalho), realizado pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo o mesmo relatório, 14% dos empregos correm risco de serem automatizados nos próximos 10 ou 15 anos e 32% dos empregos existentes devem mudar radicalmente por conta da tecnologia.

Dois lados podem ser observados: de um lado, máquinas mais flexíveis, que podem ser programadas para várias finalidades, comandadas por *softwares* e que atendem a diversificação exigida pelo mercado, requerem um trabalhador que vá operar na programação desse *software* mais qualificado, que pode encontrar uma forma de exercer seu raciocínio no trabalho. Do outro lado, trabalhadores que são reduzidos para funções simples de vigilância das máquinas, equipamentos (MACHADO,1992) e, consequentemente, a implementação de baixos salários.

Para Gorz (2005, p.10) “todo conhecimento possível de formalizar pode ser abstraído de seu suporte material e humano, multiplicado quase sem custo na forma de *software* e utilizado ilimitadamente em máquinas que seguem o padrão universal”.

Com a Pandemia, o distanciamento obrigatório entre as pessoas foi imposto para prevenção da doença COVID-19, e a maior parte do comércio foi fechado nas cidades brasileiras, resultando na perda de emprego de grande parte da população. Com isso, o fenômeno da “uberização”, como por exemplo, tomou força. Trabalhadores que procuram de alguma forma conseguir a sua renda familiar ou complementá-la, encontra uma maneira mais informal e flexível tanto na jornada como no horário de trabalho, no mundo digital.

Slee (2017) defende que a Internet oferece muitas vantagens para as grandes empresas que ao tornar um *site* ou aplicativo reconhecido pelos usuários, encontram uma oportunidade de conhecimento sobre o comportamento de seus usuários e, posteriormente, usam desse conhecimento para potencializar seus interesses privados. Dessa forma, plataformas digitais servem como instrumento para dinamizar o processo de reprodução capitalista (IORA, 2019).

No caso dos aplicativos que estão em alta durante a pandemia, a maior parcela do lucro pertence às empresas responsáveis pela “ponte de contato” entre o vendedor, motorista, entregador, entre outros, com o cliente. Entretanto, se houver algum imprevisto durante o trabalho, a empresa nada responsabilizar-se-á, ou seja, o trabalhador não tem nenhum tipo de estabilidade e garantia de direitos.

Essa tendência de desresponsabilização das empresas para com os trabalhadores encontra apoio no Estado monopolista que defende os interesses das classes dominantes e cada vez menos direciona ações para a classe pauperizada, ou segue a tendência de o mínimo para a maioria, cortando verbas destinadas às questões sociais. Interpretada por Harari (2018):

> Hoje políticos de todo o mundo podem escolher entre várias políticas econômicas diferentes, mas em quase todos os casos as várias políticas em oferta refletem uma perspectiva capitalista da economia. Os políticos têm uma ilusão de escolha, mas as decisões realmente importantes já terão sido tomadas antes pelos economistas, banqueiros e homens de negócio, que formataram as diferentes opções no menu. Dentro de algumas décadas, os políticos estarão escolhendo opções de um menu escrito pela inteligência artificial (HARARI, 2018, p. 71).

2.2 Educação e Empregabilidade

O padrão de inserção no mercado de trabalho, no Brasil, principalmente da parcela mais jovem, caracteriza-se pelo alto nível de informalidade, rotatividade e baixa remuneração. A educação encontra-se intimamente relacionada com a inserção no mercado de trabalho ao passo que esse se torna cada vez mais competitivo e exigente. As reformas brasileiras na educação, principalmente, apresentadas pelo Conselho Nacional da Educação (CNE) referentes ao ensino médio demonstram o próximo caminho das políticas educacionais enfatizando-se um direcionamento determinado para áreas de conhecimento distintamente separados.

Ao considerar a centralidade da categoria trabalho, como supõe Marx, percebemos que a educação, mesmo distinta se encontra articulada com o trabalho, pois possui uma função na vida social e formação humana. É ela a responsável por permitir a apropriação dos conhecimentos, habilidades, valores e comportamentos pelos indivíduos para que eles possam se inserir no processo social. Lembrando que o trabalho é a categoria fundante do ser social, responsável por toda a sociabilidade construída e, portanto, a educação de cada momento histórico sofre determinações de acordo com cada forma de trabalho (TONET, 2009).

As mudanças ocorridas na esfera do trabalho trazem para o campo da educação a necessidade de formação de um estudante permanente, que saiba lidar com as ferramentas tecnológicas e desenvolva habilidades comunicativas e interacionais por meio das redes sociais, bem como a utilização competente de

ferramentas da Web como evidenciado pelo aumento da oferta e procura de cursos de informática e pacote *Office*, e também pela exigência dessas habilidades em muitos currículos para empregos.

Tonet (2009) elucida que as intensas transformações no processo de trabalho desdobram em mudanças em todos os aspectos da vida social.

> No caso da educação, ela será privatizada, vale dizer, organizada para atender a reprodução da sociedade de modo a privilegiar os interesses das classes dominantes. Uma forma de educação para aqueles que realizam o trabalho manual e que são as classes exploradas e dominadas (a ampla maioria). Outra forma para aqueles que realizam o trabalho intelectual e que fazem parte das classes exploradoras e dominantes (uma pequena minoria) (TONET, 2009, p. 12).

Nessa sociedade, caracterizada pela luta de classes opostas (burguesia x proletário) a burguesia sempre predomina política e ideologicamente em todas as dimensões da vida humana, seja na educação ou no trabalho. Por isso, Tonet (2018) contribui para essa perspectiva ao analisar que a educação, historicamente elitizada no Brasil, desempenha uma função social cuja finalidade se encontra na formação para o mercado de trabalho, ou seja, preparar uma mercadoria para ser explorada e educar para a cidadania, cumprindo com seus direitos e deveres para viverem e aceitarem essa sociedade que lhes é imposta e ofertada como a melhor forma para se viver. Acredita-se que exista uma meritocracia em uma sociedade desigual que não coloca as mesmas oportunidades disponíveis para todos e que implementa políticas públicas pontuais mínimas direcionadas a parcela mais pauperizada da população.

Freire (1987) corrobora ao expressar seu pensamento acerca da educação e o ato de ensinar, que exige comprometimento, criticidade e estímulo à curiosidade, criatividade e investigação. Ressalta o forte papel que a educação ofertada nas instituições escolares, na maioria burguesa, que possui caráter de alienação e reprodução das ideias e interesses da classe dominante, dificultando a apropriação de um conhecimento que possibilite, segundo o entendimento histórico e dinâmico da sociedade, uma apreensão da realidade social voltada para a luta contra qualquer forma de exploração, preconceito, injustiça, desigualdade, em outras palavras, para uma transformação social.

Um ensino com aspirações para a formação individualizada, que ensina, a exemplo do modelo tradicional de transferência do conhecimento, os indivíduos a serem passivos, sem a aplicabilidade da crítica e a tomada de lugar nas decisões

políticas da sociedade, promovendo desde cedo a exclusão de grande parte da população.

Com a Pandemia de COVID-19 e a necessidade do distanciamento social, as escolas brasileiras encontram-se fechadas, deixando milhares de estudantes principalmente da rede pública, desamparados. Uma alternativa foi o ensino remoto que aprofundou ainda mais a desigualdade existente entre as escolas e os alunos. Surgem obstáculos como falta de estrutura em casa como um espaço adequado, falta de computadores, Internet ou limite de pacote de acesso à Internet e baixa escolaridade dos pais. O estudo feito pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC) divulgado em 2020 revela que no Brasil, 71% dos domicílios têm acesso à Internet, 99% na classe A, 80 % na classe C e 50% na classe DE, destacando que, um em cada quatro brasileiros não usa a Internet, ou seja, 47 milhões de não usuários (26%). Dessa forma, escolas públicas se encontram sem recursos efetivos para aulas mediadas por tecnologia e os estudantes sem apoio e desmotivados. Uma pesquisa realizada pelo Datafolha publicada em julho de 2020, mostra que ao menos 20% dos estudantes brasileiros não receberam nenhuma atividade escolar durante a pandemia de COVID-19, e entre os que receberam materiais de educação remota, nem todos tiveram a mesma oferta (PORTAL G1, 2020). Consequências da falta de articulação e planejamento para o combate de COVID-19 em todas as dimensões sociais, incluindo a área educacional que é deixada em segundo plano pelas políticas públicas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pandemia de COVID-19 abriu muitos horizontes ao capital nesse contexto do virtual, e possui grande impacto social, impulsionando e revelando as novas formas de trabalho que não visam a emancipação humana, o exercício da cidadania ou a capacitação, mas que se configuram em uma precarização da mão de obra que é requerida a ocupar postos cada vez menos qualificados e baixos salários e que acabam por contribuir para a desarticulação da classe trabalhadora.

Os avanços tecnológicos e científicos que poderiam ser usados a favor de todos os homens é revertido a favor do capital, com a finalidade de maximização dos lucros em detrimento de direitos historicamente conquistado pelas lutas e movimentos da classe trabalhadora.

A educação, historicamente utilizada como ferramenta para transmissão de conhecimentos, competências, habilidades e valores precisa ser pensada criticamente como também mecanismo de coerção e formação de mão de obra para um determinado mercado, contribuindo para o aumento da desigualdade e exclusão da classe subalterna. Desse modo, o trabalho como fundamento ontológico do ser social que em suas relações sociais produz e reproduz o modo de produção vigente em cada momento histórico, não pode ser desconsiderado na análise de outros elementos da sociedade como a educação e a cultura, mas visto como uma totalidade das dimensões sociais e políticas.

4 REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Retrotopia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BRASIL. Ministério da Economia. **Pedidos de seguro-desemprego aumentaram 12,4% de janeiro a maio de 2020**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/junho/pedidos-de-seguro-desemprego-aumentaram-12-4-de-janeiro-a-maio-de-2020>. Acesso em: 30/07/2020.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz & Terra, 1999. 620 p.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - CETIC. **TIC Domicílios 2019 principais resultados**. 2020. Disponível em: <https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2019_coletiva_imprensa.pdf>. Acesso em 30/07/2020.

DUPAS, G. **O mito do progresso**. São Paulo: UNESP, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz & Terra, 1987.

GARCIA, I. S. As Novas Tecnologias no Capitalismo Global: impactos da “uberização” no território urbano. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p. 712-740, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/48599>. Acesso em: 01/08/2020.

GORZ, A. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

HARARI, Y. N. **21 Lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

IAMAMOTO, M. V**. O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). Agência de Notícias**. Indicadores de empresas**. 2020a. Disponível em <https://covid19.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30/07/2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Agência de Notícias**. Desemprego sobe para 13,1% e atinge 12,4 milhões na 4ª semana de junho**. 2020b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28310-desemprego-sobe-para-13-1-e-atinge-12-4-milhoes-na-4-semana-de-junho>. Acesso em: 30/07/2020.

IORA, I. M. L. **Capitalismo, tecnologia e "uberização":** um estudo sociológico da precarização do trabalho no brasil a partir da reforma da legislação trabalhista de 2017. 2019. 86 p. Monografia (Graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Rio Grande do Sul, 2019.

LESSA, S. Trabalho, sociabilidade e individuação. **Trabalho, Educação e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 231-246, set 2006.

LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Lukács**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

MACHADO, L. R. S. Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora. *In*: Conferência Brasileira de Educação - CBE. **Trabalho e Educação**. Campinas: Papirus, 1992. p. 9-23.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n. 50, 1996.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). OPAS Brasil. OPAS/OMS. **Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875>. Acesso em: 27/06/2020.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE. **Riscos da automatização do emprego**. 2020. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/os-riscos-da-automatizacao-do-emprego-variam-grandemente-nas-diferentes-regioes-dos-paises.htm>. Acesso em: 30/07/2020.

PORTAL G1. **A cada dez alunos, dois estão sem qualquer oferta de atividade escolar durante a pandemia, aponta levantamento**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/07/21/a-cada-dez-alunos-dois-estao-sem-qualquer-oferta-de-atividade-escolar-durante-a-pandemia-aponta-levantamento.ghtml>. Acesso em: 05/10/2020.

TONET, I. **Educação de qualidade em perspectiva de classe**. Maceió, 2018. Disponível em: < http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/EDUCACAO_DE_QUALIDADE_EM_PERSPECTIVA_DE_CLASSE.pdf>. Acesso em: 01/08/2020.

TONET, I. **Educação e ontologia marxiana**. Maceió, 2009. Disponível em: < http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/EDUCACAO_E_ONTOLOGIA_MARXIANA.pdf>. Acesso em: 01/08/2020.

SANTOS, J. S. **Questão Social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SLEE, T. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Elefante, 2017.